

BAUMINAS Log e Transportes S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro
de 2021

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	8
Demonstração dos resultados	10
Demonstração dos resultados abrangentes	11
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstração dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
BAUMINAS Log e Transportes S.A.
Cataguases - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BAUMINAS Log e Transportes S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Transações com partes relacionadas

Conforme divulgado nas notas explicativas 1 e 24 às demonstrações financeiras, a BAUMINAS Log e Transportes S.A. possui suas atividades substancialmente voltadas para atendimento das demandas logísticas das empresas do Grupo BAUMINAS. Desta forma, quase a totalidade de sua receita de vendas e seus saldos no ativo de contas a receber são provenientes de transações com partes relacionadas.

Esse tema foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e alto volume de transações.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) o entendimento dos processos relacionados às transações com partes relacionadas; (b) obtenção da carta de representações da administração para confirmar a totalidade de partes relacionadas e as naturezas das transações mantidas com as mesmas; (c) avaliação dos registros contábeis da Companhia para identificar a existência de outras partes relacionadas e transações com as mesmas não representadas pela administração; (d) confirmação dos saldos com partes relacionadas; (e) inspeção dos contratos de mutuo entre partes relacionadas e recálculo dos mesmos; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia.

Baseados nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis às políticas contábeis da Companhia envolvendo as transações com partes relacionadas, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 1 e 24, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Impairment de ágio gerado na aquisição de investimentos

Conforme divulgado nas notas explicativas 3(g) e 10 às demonstrações financeiras, a Companhia possui ágio gerado na aquisição de investimentos, o qual é representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição dos negócios e o montante do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos da entidade adquirida. O ágio das aquisições foi reconhecido como ativo intangível nas demonstrações financeiras da BAUMINAS Log e Transportes S.A. e testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável.

DS
ALPC

DS
JAL

Esse tema foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância do saldo de tal ativo e o alto grau de subjetividade das estimativas envolvidas na determinação das bases que suportam o cálculo que demonstra a realização do ágio.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) o entendimento dos processos relacionados aos investimentos e ativos intangíveis; (b) inspeção do laudo de recuperação do ágio sobre aquisição de investimentos elaborado pela administração; (c) entendimento e avaliação das premissas utilizadas nos fluxos de caixa descontados, sendo as principais: inflação, dados históricos e taxa de desconto; (d) sensibilização das projeções utilizando informações de mercado; (e) recálculo dos fluxos de caixa descontados; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ágio, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ágio adotados pela administração são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o ágio nas notas explicativas 3(g) e 10 às demonstrações financeiras.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

DS
ALPC

DS
JAL

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

DS
ALPC

DS
JHL

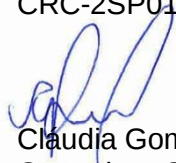
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 31 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Claudia Gomes Pinheiro
Contadora CRC-1MG089076/O-0

DS
ALPC

DS
JHL

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

Ativo	Nota	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	5	61.167	64.693
Contas a receber	6	11.843	9.306
Estoques	7	917	2.228
Impostos a recuperar	9	728	1.082
IR e CS a recuperar	8	1.743	506
Créditos com partes relacionadas	24	9.779	9.858
Outros ativos		475	529
Total do ativo circulante		86.652	88.202
Créditos com partes relacionadas	24	50.660	49.734
Depósitos judiciais		109	77
Ativo fiscal diferido	8	1.154	782
Outros ativos		-	6
Investimentos	10	132.553	118.011
Imobilizado	11	41.630	36.991
Intangível		7	7
Total do ativo não circulante		226.113	205.608
Total do ativo		312.765	293.810

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DS
ALPC

DS
JHL

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

Passivo	Nota	2021	2020
Fornecedores	12	2.182	3.071
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	118.886	50.845
Obrigações tributárias	15	1.161	1.308
IR e CS a recolher	8	206	675
Obrigações sociais trabalhistas	16	1.907	3.138
Dividendos e JCP a pagar	24	2.031	2.031
Débitos com partes relacionadas	24	1.098	1.499
Outros passivos		652	329
Total do passivo circulante		128.123	62.896
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	89.392	161.974
Passivo fiscal diferido	8	10.193	9.604
Provisão para contingências	17	3.195	2.286
Total do passivo não circulante		102.780	173.864
Capital social	18	34.660	34.660
Reserva de lucros	18	29.372	3.329
Ajuste de avaliação patrimonial		17.830	19.061
Total do patrimônio líquido		81.862	57.050
Total do passivo		230.903	236.760
Total do passivo e patrimônio líquido		312.765	293.810

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Receita de serviços	20	80.117	72.790
Custo dos serviços	21	(64.654)	(50.537)
Lucro bruto		15.463	22.253
Despesas gerais e administrativas	22	(1.229)	(1.252)
Despesas de vendas		-	(243)
Despesas tributárias		(406)	(475)
Outras (despesas) receitas		1.031	(81)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		14.859	20.202
Receitas financeiras	23	3.557	2.062
Despesas financeiras	23	(14.851)	(11.561)
Resultado financeiro		(11.294)	(9.499)
Resultado de equivalência patrimonial	10	23.620	7.165
Resultado antes dos impostos		27.185	17.868
Imposto de renda e contribuição social corrente	8	(925)	(3.753)
Imposto de renda e contribuição social diferido	8	(217)	(803)
Resultado líquido do exercício		26.043	13.312
Resultador por ação/cota - básico (em R\$)		0,75	0,38

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

	2021	2020
Resultado do exercício	26.043	13.312
Total de resultados abrangentes do exercício	26.043	13.312

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DS

ALP

DS

JHL

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva especial	Reserva de lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucro / Prejuízo Acumulado	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	34.660	-	-	-	3.820	(9.983)	28.497
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	13.312	13.312
<i>Transações com acionistas</i>							
Ganho compra vantajosa BAUMINAS Química Ltda	-	-	-	-	15.001	-	15.001
Demais efeitos participações societárias	-	-	-	-	240	-	240
<i>Destinação:</i>							
Constituição de reserva	-	166	-	3.163	-	(3.329)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	34.660	166	-	3.163	19.061	-	57.050
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	26.043	26.043
<i>Transações com acionistas</i>							
Demais efeitos participações societárias	-	-	-	-	(1.231)	-	(1.231)
<i>Destinação:</i>							
Constituição de reserva	-	1.302	6.511	18.230	-	(26.043)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	34.660	1.468	6.511	21.393	17.830	-	81.862

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DS
ALPC

DS
JHL

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

	2021	2020
Resultado líquido do exercício antes do IR e CSLL	27.185	17.868
Ajustes para:		
Provisão para contingências	909	(492)
Depreciação	5.867	5.314
Resultado de equivalência patrimonial	(23.620)	(7.165)
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais líquidas	14.722	11.479
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	3.537
Valor residual de ativos permanentes baixados	107	-
Amortização mais valia	859	430
(Reversão) constituição de provisão para créditos de liquidação	56	10
Variações em:		
(Aumento) contas a receber	(2.593)	(3.239)
Diminuição (aumento) estoques	1.311	(1.763)
Diminuição (aumento) impostos a recuperar	354	(861)
(Aumento) diminuição depósito judicial	(32)	1.484
Diminuição outros ativos	60	121
(Diminuição) aumento fornecedores	(889)	1.807
(Diminuição) aumento obrigações tributárias	(147)	765
(Diminuição) aumento imposto de renda e contribuição social	(1.706)	1.395
(Diminuição) aumento obrigações trabalhistas	(1.231)	361
Aumento (diminuição) outros passivos	323	(204)
Pagamento de juros sobre empréstimos	(14.019)	(10.774)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(925)	(3.753)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	6.591	16.320
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Ganho aumento percentual de participação	-	(10.255)
Dividendos recebidos	6.988	3.431
Aquisição de imobilizado e intangível	(10.613)	(2.248)
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	(1.248)	(84)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	(4.873)	(9.156)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Recursos obtidos de empréstimo e financiamentos	40.000	-
Amortização de principal	(45.244)	(11.564)
Caixa líquido gerado das atividades de financiamento	(5.244)	(11.564)
(Redução)/Aumento líquido em caixa e equivalente de caixa	(3.526)	(4.400)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	64.693	69.093
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	61.167	64.693
Variação em caixa e equivalente de caixa	(3.526)	(4.400)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DS
ALPC

DS
JAL

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A BAUMINAS Log e Transportes S.A. (“BAUMINAS Log” ou “Companhia”), fundada em 2011, é sediada em Cataguases/MG e tem por principais objetivos sociais o transporte rodoviário e coleta de produtos perigosos, transporte rodoviário de cargas, municipal, intermunicipal, interestadual e internacional, operador de transporte multimodal – OTM e a participação em outras sociedades e o serviço de locação de outros meios de transporte, sem condutor. A Companhia tem como seus clientes praticamente 100% das empresas do Grupo BAUMINAS.

A Companhia é parte do Grupo BAUMINAS, fundado em 1961, em Cataguases - MG, tendo mais de 60 anos de experiência na fabricação de produtos químicos para tratamento de águas e efluentes (coagulantes), sendo líder nacional.

A BAUMINAS Log possui participação societária, direta ou indireta, nas seguintes empresas, sediadas no Brasil:

Empresas	Segmento de mercado	Participação (%)		Participação (%)	
		31/12/2021		31/12/2020	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
BAUMINAS Química Ltda	BAUMINAS Águas	37,97%	-	37,97%	-
Ambientaly Ind. Com. Prod. Químicos Ltda.	BAUMINAS Águas	-	16,71%	-	16,71%
Eletro Manganês Ltda.	BAUMINAS Agro	-	37,97%	-	37,97%
B&G Participações S.A.	Holding não operacional	16,71%	-	16,71%	-

1.1 Efeito do Coronavírus nas demonstrações financeiras

Em meados do mês de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia, dado os vários casos de contágio ao redor do mundo. A grande capacidade de disseminação do vírus e seus potenciais impacto na economia global, fizeram com que as autoridades de diversos países, incluindo as autoridades brasileiras, adotassem protocolos e medidas de segurança sanitárias, entre estes o distanciamento social/físico das pessoas, como uma das medidas de contenção à propagação do vírus.

A Companhia adotou e permanece ativa, durante todo o período da pandemia, as medidas de prevenção para auxiliar no controle da disseminação do Coronavírus (COVID-19), reforçando os protocolos e medidas de segurança sanitária, propagando informações sobre o tema em seus canais de comunicação internos e seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e autoridades brasileiras, cancelando eventos internos com potencial aglomeração de pessoas, cancelando viagens e adotando meios eletrônicos de comunicação, dentre outras iniciativas. Tais medidas fizeram com que os índices de contágio entre colaboradores da Companhia se mantivessem baixos, preservando a saúde e as vidas dos seus colaboradores, o que corroborou para que os potenciais impactos no desempenho operacional fossem reduzidos.

Em 9 de março de 2020, o Conselho Federal de Contabilidade emitiu a orientação no qual destaca a importância de as Companhias considerarem cuidadosamente os impactos do COVID19 em seus negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos dessa análise, observadas as normas contábeis aplicáveis.

A Companhia não registrou durante este período que se passou da pandemia, bem como não antevê, neste momento, comprometimento relevante da capacidade operacional e financeira que possam afetar a sua continuidade, considerando que suas atividades estão classificadas na cadeia de atividades essenciais e,

DS
ALPC

DS
JAL

portanto, não afetadas pelas medidas e protocolos restritivos impostos pelas autoridades durante a pandemia.

A Companhia manterá a observância das diretrizes e medidas de controle e segurança sanitárias recomendadas pelas autoridades, bem como seguirá observando atentamente o desenvolvimento desta situação, permanecendo ainda convicta que os aprendizados deste exercício se estenderão a efeitos benéficos em seus negócios, agilidade de respostas com seus parceiros comerciais visando readequar a sua estrutura de custos para o atual momento econômico, reequilibrar o resultado e preservar o seu caixa.

2 Base de preparação

Até 31 de dezembro de 2020, a Companhia não apresentava as demonstrações financeiras consolidadas, pelo fato que a consolidação estava demonstrada na sua controladora final, a BAUMINAS Participações S.A., de acordo com o CPC 36 item 4 (iv). Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui investimento em empresas controladas.

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, os ativos financeiros mensurados ao valor justo e determinadas classes de ativos e passivos circulantes e não circulantes, conforme apresentado na nota explicativa de políticas contábeis.

As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo (R\$ mil), exceto quando indicado de outra forma.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras que são demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com as taxas pactuadas com as Instituições Financeiras, calculadas pro rata die e apropriadas mensalmente. Uma aplicação financeira se qualifica como equivalente de caixa quando possui características de conversibilidade imediata com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa e não está sujeita a risco de mudança significativa de valor.

b) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada pelo valor que reflita a contraprestação à qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas detalhadas a seguir: 1) identificação do contrato; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; 5) reconhecimento da receita.

c) Venda de serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

i. Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PPECLD)

As provisões para perdas esperadas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

ii. Mensuração e apresentação das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

iii. Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares.

Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação.

d) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição, usando-se o método de Média Ponderada Móvel.

Os estoques compreendem produtos adquiridos de terceiros, insumos e materiais de manutenção.

e) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em empresa coligada e joint ventures são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto (joint venture), deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixar de existir.

f) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

i. Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados, de forma prospectiva, quando for o caso.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Máquinas e equipamentos	10 - 25 anos
Móveis e utensílios	10 - 15 anos
Veículos	5 - 10 anos
Equipamentos de Informática	3 - 5 anos

g) Ativos intangíveis e ágio

i. Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio não é amortizado, mas é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

ii. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definida são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

iii. Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Carteira de clientes	5 anos
Marcas	18,5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h) Empréstimos, financiamentos, debêntures e operações de arrendamento

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

As obrigações correspondentes aos arrendamentos mercantis, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos Passivos Circulante e Não Circulante de acordo com o prazo do contrato. Os pagamentos de arrendamentos mercantis financeiros são alocados a encargos financeiros e redução de passivo correspondente, de maneira a resultar em uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo

remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na Demonstração do Resultado em cada período durante o prazo do arrendamento.

As Debêntures emitidas pela Companhia não são conversíveis em ações e são contabilizadas como empréstimos.

A partir de 1º de janeiro de 2019, todos os arrendamentos são contabilizados mediante o reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, exceto por:

- Arrendamentos de ativos de baixo valor; e
- Arrendamentos cujos prazos são de 12 meses ou menos.

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao arrendador durante o prazo do arrendamento, sendo a taxa de desconto determinada pela taxa média dos empréstimos e financiamentos da Companhia. Os pagamentos variáveis de arrendamento são incluídos apenas na mensuração do passivo de arrendamento se depender de um índice ou taxa. Nesses casos, a mensuração inicial do passivo de arrendamento assume que o elemento variável permanecerá inalterado durante todo o prazo do arrendamento. Outros pagamentos variáveis de arrendamento são registrados no período a que se referem.

Após a mensuração inicial, os passivos de arrendamento aumentam como resultado de juros cobrados a uma taxa constante sobre o saldo em aberto e são reduzidos para pagamentos de arrendamento efetuados. Os ativos de direito de uso são amortizados numa base linear durante o prazo remanescente do arrendamento mercantil ou durante a vida econômica remanescente do ativo se, raramente, isso for considerado menor do que o prazo do arrendamento mercantil.

i) Tributos sobre o lucro

São registrados com base no lucro tributável e alíquotas vigentes, sendo 15% para o IRPJ mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação, e 9% para a Contribuição Social.

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes destes impostos e registrados em função da determinação legal conforme CPC 26 (R1) e 32, que trata das diferenças temporárias base destes impostos.

A Companhia efetua análises periódicas que demonstram serem estes tributos recuperáveis pelas suas operações futuras.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos uma vez que existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal.

j) Provisões, passivos contingentes e depósitos judiciais

As provisões são reconhecidas quando se tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Adicionalmente, a Companhia registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

k) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

l) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: receitas de juros; despesas de juros; receitas de aplicações financeiras e juros sobre empréstimos.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

m) Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

i. Ativos financeiros

- Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e juros” sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes

DS

ALP

DS

JAL

são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

- **Mensuração subsequente**

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros do Grupo são classificados em:

- o Ativos financeiros ao custo amortizado; e
- o Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

- **Ativos financeiros ao custo amortizado**

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes e empréstimos a partes relacionadas, incluídos em “Créditos com partes relacionadas”.

- **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Essa categoria contempla investimentos patrimoniais listados, os quais o Grupo não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento.

- **Desreconhecimento**

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- o Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- o A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

DS

ALP

DS

JAL

ii. Passivos financeiros

- Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos, debêntures, passivos de arrendamento e débitos com partes relacionadas.

- Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros da Companhia são classificados em passivos financeiros ao custo amortizado.

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

- Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

iii. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

3.1 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

DS
ALPC

DS
JAL

Os principais processos de estimativas estão resumidos a seguir:

a) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

b) Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PPECLD)

A provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização.

Nota explicativa 6 - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda.

c) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Nota explicativa 10 - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento; e

Nota explicativa 11 - mensuração/determinação da vida útil do ativo imobilizado e a sua depreciação.

d) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Administração da Companhia acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são necessárias e adequadas com base na legislação em vigor.

Nota explicativa 17 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

e) Impostos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base num prazo considerado como razoável, bem como no nível de lucros tributáveis esperados nos próximos exercícios, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

4 Novas normas, alterações e interpretações em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021:

Os normativos abaixo entraram em vigor em 1º de janeiro de 2021 e não apresentaram impacto e ou alterações significativas na apresentação dessas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição
Reforma da IBOR – Fase 2	As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de <i>hedge</i> decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático aos pronunciamentos: CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11e CPC 06.
CPC 06 – Arrendamentos (Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários)	Alterações fornecem alívio prático para os arrendatários na contabilização de benefícios de aluguel recebidos como consequência direta da COVID-19. Em março de 2021, o IASB emitiu alteração estendendo a disponibilidade do expediente prático por um ano, após 30 de junho de 2021.

As novas normas e interpretações ou alterações de normas emitidas, mas que ainda não entraram em vigor, estão descritas a seguir. A Administração não espera mudanças relevantes advindos de suas implementações.

Pronunciamento	Descrição
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. Essa alteração é efetiva para exercícios que se iniciem em ou após 1º de janeiro de 2022 e devem ser aplicadas prospectivamente para os contratos para os quais a entidade ainda não cumpriu todas as responsabilidades na data de aplicação inicial.
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações à IAS para especificar os requisitos da classificação dos passivos circulante ou não circulante. Essa alteração é efetiva para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022.
CPC 27 – Imobilizado	Alteração proíbe as entidades de deduzirem ao custo de um ativo imobilizado, qualquer recebimento antes do uso pretendido. Essas alterações são efetivas para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022 e devem ser aplicadas prospectivamente.
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Investimento em coligadas, em controladas e em empreendimentos em conjuntos	As melhorias procuram resolver o conflito quando estamos perante a perda de controle de uma subsidiária que é vendida ou transferida para uma associada ou um empreendimento conjunto.
Ciclo 2018-2020 de melhorias às normas IFRS (efetivas a partir de 1 de janeiro de 2022):	
CPC 06 – Arrendamentos;	Foi retirado o exemplo ilustrativo relativo a pagamentos do locador relacionado com melhorias do ativo da locação do exemplo ilustrativo 13 que acompanha a IFRS 16.

CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola.	A alteração remove o requisito do parágrafo 22 da IAS 41 para que as entidades excluam os fluxos de caixa relacionados com impostos quando fazem a mensuração do justo valor dos ativos no âmbito da IAS 41.
CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade;	A alteração permite a uma subsidiária que opta por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1, mensurar as diferenças acumuladas da transição utilizando os valores reportados pela empresa-mãe.
CPC 48 – Instrumentos Financeiros;	A alteração clarifica as despesas que uma entidade inclui no teste dos 10% quando avalia se as condições de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes das condições do passivo financeiro original.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Banco conta movimento	585	387
Caixa e equivalentes de caixa	3	2
Aplicações financeiras	60.579	64.304
Total	61.167	64.693

Os depósitos a curto prazo são efetuados por períodos que variam de um dia a três meses, dependendo das necessidades imediatas de caixa da Companhia, rendendo juros de acordo com as respectivas taxas de depósito de curto prazo.

A carteira de aplicações financeiras é constituída por fundos de renda fixa atreladas ao CDI, com liquidez imediata e rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 equivalente a 122% do CDI (91% do CDI em 2020).

6 Contas a receber

	2021	2020
Duplicatas a receber de clientes	208	16
Partes relacionadas (i)	11.705	9.304
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	(70)	(14)
Total	11.843	9.306

(i) Os saldos de partes relacionadas estão demonstrados na nota explicativa 24.

Não incidem juros sobre os saldos de contas a receber, os quais geralmente consideram termos de pagamento de 30 a 90 dias.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a abertura das contas a receber por idade de vencimento era composta como segue:

	2021	2020
A Vencer	7.946	8.481
Vencido de 0 a 30 dias	3.183	354
Vencido de 31 a 60 dias	181	55
Vencido de 61 a 90 dias	138	12
Vencido acima de 91 dias	465	418
Total	11.913	9.320

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas é apresentada a seguir:

	2021	2020
Saldo inicial	(14)	(93)
Adições	(56)	(10)
Baixas	-	89
Saldo final	(70)	(14)

7 Estoques

	2021	2020
Almoxarifado	917	2.228
Total	917	2.228

A Administração efetuou avaliação dos estoques e considerou que não existe a necessidade de constituição de provisão de perdas.

8 Tributos sobre o lucro

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 se encontra disposta abaixo:

	2021	2020
IR e CS correntes:		
Despesa de IR e CS - correntes	925	3.753
IR e CS diferidos:		
Relativo à constituição e reversão de diferenças temporários	217	803
Despesas apresentadas na demonstração do resultado	1.142	4.556
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	27.185	17.868
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	27.185	17.868
À alíquota fiscal de 34% (2020: 34%)	9.243	6.075
Ajustes para cálculo da taxa efetiva		
Equivalência patrimonial	(8.030)	(2.436)
Outros	(83)	917
	1.130	4.556
Despesa de tributos apresentada na demonstração do resultado	1.142	4.556
Alíquota efetiva	4,20%	25,50%

a) Imposto de renda e contribuição social corrente

	2021	2020
Ativo circulante		
IR e CS corrente	1.743	506
Passivo circulante		
IR e CS corrente	(206)	(675)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2021	2020
Não circulante		
Ativo fiscal diferido	1.154	782
Passivo fiscal diferido	(10.193)	(9.604)

Os saldos de passivo fiscal diferido referem-se às diferenças temporárias aplicáveis à amortização da carteira de clientes alocadas nas combinações de negócios realizadas pela Companhia.

As diferenças temporárias dedutíveis não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos foram reconhecidos com relação a este item, pois é provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar os benefícios destes. Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitirão a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2021.

9 Impostos a recuperar

	2021	2020
ICMS	38	38
PIS e COFINS	683	1.044
Impostos Retidos por Terceiros	7	-
Total	728	1.082
Circulante	728	1.082

Os saldos de impostos a recuperar estão registrados pelo seu valor de realização e não são esperadas perdas adicionais e referem-se a créditos gerados nas operações normais das empresas, podendo ser compensados com tributos da mesma natureza.

10 Investimentos

a) Composição dos investimentos

Investida	Controle	Participação		Investimento	Equivalência	Investimento	Equivalência
		2021	2020	2021		2020	
BAUMINAS Sociedades (i)	Controlada	-	-	-	-	-	2.374
BAUMINAS Empreendimentos (ii)	Controlada	-	-	-	-	-	(6.695)
BAUMINAS Química	Coligada	37,97%	37,97%	106.922	16.286	91.867	8.770
B&G	Joint Venture	16,71%	16,71%	12.713	7.334	12.367	2.716
Ágio e mais valia (iii)		-	-	12.918	-	13.777	-
Total				132.553	23.620	118.011	7.165

(i) Em 1º de julho de 2020, conforme deliberado pela Administração das empresas, a BAUMINAS Log incorporou as cotas da empresa BAUMINAS Sociedades, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. Como resultado desta incorporação, a BAUMINAS Sociedades foi extinta de pleno direito e a BAUMINAS Log tornou-se sua sucessora. A partir desta data, a Companhia passou a ser investidora direta da B&G.

(ii) Em 1º de julho de 2020, conforme deliberado pela Administração das empresas, a Companhia aportou na BAUMINAS Química Ltda ("BAUMINAS Química") as cotas da BAUMINAS Empreendimento no valor de R\$ 68.095. Na mesma data, a BAUMINAS Química incorporou as cotas da empresa BAUMINAS Empreendimentos, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. Como resultado desta incorporação, a BAUMINAS Empreendimentos foi extinta de pleno direito e a Química tornou-se sua sucessora.

(iii) Refere-se ao ágio apurado pela BAUMINAS SOCIEDADES na aquisição da empresa BAUMINAS Química Sul em 2019. Em 2020, na incorporação da BAUMINAS SOCIEDADES pela Companhia, o saldo passou a ser registrado na Companhia.

DS

ALPC

DS

JAL

b) Movimentação

Investida	2019	Equivalência Resultado do exercício	Aporte de capital	Aquisição do investimento	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Distribuição de Lucro	Movimentação societária	Amortização	2020
BAUMINAS Sociedades	15.021	2.374	-	-	-	-	(17.395)	-	-
BAUMINAS Empreendimentos	54.031	(6.695)	20.159	-	600	-	(68.095)	-	-
BAUMINAS Química	-	8.770	-	68.095	15.002	-	-	-	91.867
B&G	-	2.716	-	12.842	240	(3.431)	-	-	12.367
Ágio e mais valia	-	-	-	14.207	-	-	-	(430)	13.777
Total dos investimentos	69.052	7.165	20.159	95.144	15.842	(3.431)	(85.490)	(430)	118.011

Investida	2020	Equivalência Resultado do exercício	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Distribuição de Lucro	Amortização	2021
BAUMINAS Química	91.867	16.286	(1.231)	-	-	106.922
B&G	12.367	7.334	-	(6.988)	-	12.713
Ágio e mais valia	13.777	-	-	-	(859)	12.918
Total dos investimentos	118.011	23.620	(1.231)	(6.988)	(859)	132.553

c) Saldos controladas e *joint venture*

Investida	Controle	Patrimônio Líquido	Lucro Líq. do Exercício	Patrimônio Líquido	Lucro Líq. do Exercício
		2021		2020	
BAUMINAS Química (i)	Coligada	281.594	42.892	241.945	45.400
B&G (i)	Joint Venture	76.078	44.114	73.783	34.114
Total		357.672	87.006	315.728	79.514

(i) Em 2020, o valor da equivalência patrimonial das investidas na BAUMINAS Log foi calculado com base no lucro líquido do período da data que se tornaram investidas da Companhia até 31 de dezembro de 2020. No período de julho/20 a dezembro/20, o lucro líquido da BAUMINAS Química foi de R\$ 23.097 e da B&G foi de R\$ 16.254.

DS
ALPC

DS
JAL

d) Composição do ágio e mais valia

	2021	2020
Ágio	6.298	6.298
Mais valia de imobilizado e marcas	9.625	9.655
Amortização acumulada - mais valia	(3.005)	(2.176)
Total	12.918	13.777

A Companhia efetuou análise de *impairment* e não identificou distorções.

11 Imobilizado

a) Composição imobilizado

	2021			2020		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Saldo Líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Saldo Líquido
Máquinas e equipamentos	250	(65)	185	220	(47)	173
Móveis e utensílios	85	(21)	64	72	(16)	56
Veículos	61.899	(20.589)	41.310	51.563	(14.895)	36.668
Equipamentos de informática	282	(230)	52	269	(194)	75
Edificações e Construções	19	-	19	19	-	19
Total do imobilizado	62.535	(20.905)	41.630	52.143	(15.152)	36.991

b) Movimentação do custo

	Saldo inicial	Adições	Baixas	2021
Máquinas e equipamentos	220	30	-	250
Móveis e utensílios	72	13	-	85
Veículos	51.563	10.555	(219)	61.899
Equipamentos de informática	269	15	(2)	282
Edificações e Construções	19	-	-	19
Total do custo	52.143	10.613	(221)	62.535

DS

ALP

DS

JAL

c) Movimentação da depreciação

	Saldo inicial	Adições	Baixas	2021
Máquinas e equipamentos	(47)	(18)	-	(65)
Móveis e utensílios	(16)	(5)	-	(21)
Veículos	(14.895)	(5.806)	112	(20.589)
Equipamentos de informática	(194)	(38)	2	(230)
Total da depreciação	(15.152)	(5.867)	114	(20.905)

12 Fornecedores

	2021	2020
Mercadorias e serviços	1.980	2.612
Fretes	202	459
Total	2.182	3.071

13 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Encargos 2021	Vencimento	2021	2020
Capital de Giro	CDI + 3,4098%	até 2026	40.195	9
Finame	TJLP SELIC 11,1340%	até 2023	1.710	4.648
Leasing	CDI + 8,0206%	até 2021	-	14
Debêntures	CDI + 2,1250%	2023	167.487	209.966
Debêntures	Custo de captação -	2023	(1.114)	(1.818)
Total			208.278	212.819
Circulante			118.886	50.845
Não circulante			89.392	161.974

a) Movimentação

	2021	2020
Em 1º de janeiro	212.819	223.678
Adições	40.000	-
Amortizações	(45.244)	(11.564)
Acréscimo de juros	14.018	10.775
Pagamentos de Juros	(14.019)	(10.774)
Apropriação custo captação	704	704
Em 31 de dezembro	208.278	212.819

DS

ALPC

DS

JAL

Em 24 de julho de 2018, houve a primeira emissão pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, pela BAUMINAS Log e Transporte S.A, com forma de captação de recursos para realização dos investimentos da Companhia no exercício de 2018, tendo como garantidoras as demais empresas do Grupo BAUMINAS. O valor total da emissão foi de R\$210.000, compostos por 210.000 debêntures, com prazo de vencimento em 3 de julho de 2023.

A escritura apresenta cláusulas de *covenants* de acordo com as práticas usuais de mercado, que estabelecem, além de determinadas obrigações de praxe, a manutenção do limite de cobertura da dívida líquida através da relação da dívida líquida e o EBITDA, e a relação do EBITDA e a despesas financeira líquida. A manutenção de *covenants* está baseada em relação às demonstrações financeiras combinadas do Grupo BAUMINAS.

Não foi identificado nenhum evento de não conformidade destes *covenants* em 31 de dezembro de 2021.

14 Gerenciamento dos riscos financeiros

a) Estrutura de gerenciamento de risco

O Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia, sendo responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

A Companhia busca manter um volume de disponibilidades suficientes para fazer frente: (i) à sua necessidade de capital de giro; (ii) aos investimentos orçados nos planos de negócios; e (iii) às condições adversas que possam demandar maiores investimentos em capital de giro. Esses recursos são alocados de forma a: (i) buscar retorno compatível com a volatilidade máxima determinada pela política de riscos e de investimentos; (ii) evitar o risco de crédito decorrente de concentração em poucos títulos; e (iii) acompanhar a variação da taxa de juros de mercado.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia tem como política não ter grande concentração de investimentos em um único grupo econômico.

A Administração da Companhia efetuou a análise da carteira de clientes para avaliar os efeitos e reflexos na mudança da perspectiva de perda das empresas. A análise abrangeu a totalidade da carteira de clientes e a Companhia não identificou a necessidade de realizar uma perda esperada de crédito para o exercício 2021.

c) Risco de liquidez

É a dificuldade que as empresas da Companhia encontrarão em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A

DS

ALP

DS

JAL

abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação das empresas da Companhia.

A Companhia e sua Administração alinham sua disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

e) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Empresa busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

14.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros estão reconhecidos nas Demonstrações Financeiras da Companhia, conforme a seguir:

	Classificação de acordo com o CPC 48	Nível	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	1	61.167	64.693
Contas a receber	Custo amortizado	2	11.843	9.306
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	1	60.439	59.592
Total de ativos financeiros			133.449	133.591
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo Amortizado	2	208.278	212.819
Fornecedores	Custo Amortizado	2	2.182	3.071
Débitos com partes relacionadas	Custo Amortizado	1	1.098	1.499
Outros passivos	Custo Amortizado	2	652	329
Total de passivos financeiros			212.210	217.718

Não há diferença entre os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros.

a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

DS
ALPC

DS
JAL

- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

b) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, e adiantamentos de contratos de câmbio. Em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos.

Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das taxas de juros dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos. As práticas contábeis adotadas no Brasil determinaram que fossem apresentados mais dois cenários, sendo apresentado neste caso, cenários com deterioração e apreciação das taxas em 25% (cenário I) e 50% (cenário II) da variável do risco considerado, além dos cenários prováveis.

Abaixo, são considerados dois cenários de taxas de juros, apreciação e depreciação, com os respectivos impactos nos resultados:

Variáveis aplicáveis	2021	Período até 31 de dezembro de 2021			
	Risco	Cenário atual	Base	Cenário I	Cenário II
				25%	50%
CDI	Aumento (redução)	1,4646%	4,3400%	3,2550%	2,1700%

Títulos e Valores Imobiliários	2021	Taxa atual média	Cenário atual	Apreciação das taxas		Deterioração das taxas	
				Cenário I	Cenário II	Cenário I	Cenário II
				+ 25%	+ 50%	+ 25%	+ 50%
Aplicações financeiras - Bradesco	37.819	CDI	110%	39.624	39.173	38.721	36.465
Aplicações financeiras - Santander	9.767	CDI	117%	10.265	10.140	10.016	9.394
Aplicações financeiras - Itaú	11.573	CDI	135%	12.249	12.080	11.911	11.066
Aplicações financeiras - Safra	1.420	CDI	126%	1.498	1.478	1.459	1.362
Total	60.579			63.636	62.871	62.107	58.287

Empréstimos	2021	Taxa atual média	Cenário atual	Apreciação das taxas		Deterioração das taxas	
				Cenário I	Cenário II	Cenário I	Cenário II
				+ 25%	+ 50%	+ 25%	+ 50%
Capital de Giro	40.195	CDI + 3,41%	41.939	42.874	42.438	37.516	37.952
Finame	1.710	TJLP SELIC 11,13%	1.784	1.956	1.937	1.464	1.483
Debêntures	166.373	CDI + 2,13%	173.594	175.324	173.519	157.422	159.227
Total	208.278		217.317	220.154	217.894	196.402	198.662

DS

ALPC

DS

JAL

15 Obrigações tributárias

	2021	2020
ICMS	579	596
Contribuições ao PIS e a COFINS	435	610
Imposto sobre serviços - ISS	10	15
Impostos retidos	137	87
Total	1.161	1.308

16 Obrigações sociais trabalhistas

	2021	2020
Férias a pagar	862	1.272
Encargos sociais sobre folha a recolher	471	1.461
Salários	574	405
Total	1.907	3.138

17 Provisões para contingências

	2021	2020
Trabalhistas	2.702	1.836
Cíveis	493	450
Total	3.195	2.286

A Companhia figura como parte em processos que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza trabalhistas e cíveis com probabilidade provável de perda. A Companhia possui causas trabalhistas no valor de R\$1.282 (R\$1.206 em 2020) cuja probabilidade de perda é possível.

18 Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Companhia é de R\$34.660, composto por 34.659.702 ações ordinárias nominativas, com direito a voto, sem valor nominal e com valor de emissão de R\$1,00 (um real) cada, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional.

b) Reserva legal

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, é constituída à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir o limite de 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorver prejuízos acumulados.

DS
ALP

DS
JAL

c) Reserva de lucros

A conta de reserva de lucros é constituída com os resultados remanescentes após a definição da administração quanto aos percentuais de lucros destinados à distribuição aos acionistas e constituição de outras reservas de acordo com a legislação societária.

d) Dividendos pagos e propostos

De acordo com o estabelecido no estatuto social do Grupo, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Conforme art. 202, § 4º da Lei 6.404, a qual dispõe sobre a as Sociedades por Ações, o dividendo obrigatório pode deixar de ser distribuído quando os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da sociedade. Desta forma, a Companhia optou, para evitar o comprometimento da gestão de caixa e equivalente de caixa, por não efetuar a distribuição dos dividendos previstos em seu estatuto. Sendo assim, a parcela dos lucros não distribuída foi destinada à constituição de reserva especial. Tal destinação será deliberada em AGO a ocorrer em 29/04/2022.

19 Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação básico é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

	2021	2020
Resultado líquido do exercício	26.043	13.312
Média ponderada da quantidade de ações (em milhares)	34.660	34.660
Resultado por ação (expresso em reais)	0,751	0,384

Não existem instrumentos financeiros com efeitos diluidores do resultado por ação em 31/12/2021 e 31/12/2020, sendo o resultado diluído equivalente ao resultado básico.

20 Receita de serviços

	2021	2020
Receita bruta de prestação de serviços	95.110	84.926
(-) Tributos sobre receita	(14.993)	(12.136)
Receita líquida de serviços	80.117	72.790

21 Custo dos serviços

	2021	2020
Mão de obra	(18.535)	(16.811)
Combustível	(15.505)	(11.251)
Depreciação/ Amortização	(5.881)	(5.287)
Manutenção	(9.806)	(7.588)
Viagens	(6.093)	(5.476)
Serviços de terceiros	(4.777)	(1.848)
Gastos gerais	(4.057)	(2.276)
Custo dos serviços	(64.654)	(50.537)

22 Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Salários, encargos sociais e benefícios	(778)	(557)
Serviços de terceiros	(161)	(437)
Manutenção	(133)	(4)
Depreciação/ Amortização	(45)	(35)
Viagens	(37)	(34)
Demais despesas	(75)	(185)
Total despesa	(1.229)	(1.252)

23 Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas Financeiras	3.557	2.062
Receita sobre aplicação financeira	3.296	1.610
Receita com juros	21	311
Variação cambial e monetária	-	141
Descontos obtidos/ Outros	240	-
Despesas Financeiras	(14.851)	(11.561)
Juros sobre empréstimos	(14.045)	(10.771)
Descontos concedidos	(10)	(27)
Apropriação custo de captação	(704)	(704)
Outros	(92)	(59)
Resultado Financeiro	(11.294)	(9.499)

DS

ALPC

DS

JAL

24 Partes relacionadas

	2021			2020		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Contas a receber e faturamento	11.705	-	94.552	9.304	-	85.267
Ambientaly	8	-	-	8	-	8
BAUMINAS Ambiental	-	-	-	-	-	2
BAUMINAS Hidroazul	-	-	-	54	-	144
BAUMINAS Mineração	37	-	883	116	-	116
BAUMINAS NNE	7.450	-	59.683	6.060	-	49.290
BAUMINAS Química	1.830	-	10.466	1.258	-	11.906
Eletro	31	-	660	27	-	516
Nheel Química	2.246	-	21.722	1.513	-	22.259
Sulfabras	103	-	1.138	268	-	1.026
Débitos e créditos com partes relacionadas	60.439	1.098	-	59.592	1.499	-
Ambientaly	2	-	-	2	-	-
BAUMINAS NNE	9.856	4	-	9.856	-	-
BAUMINAS Química	-	729	-	-	1.048	-
Barbosa & Bissoli Part. E Serv. Ltda	274	-	-	271	-	-
BAUMINAS Mineração	-	-	-	4	-	-
BAUMINAS Participações S.A.	35.746	4	-	35.296	-	-
Sulfabras	-	1	-	7.606	-	-
NHEEL Química	-	360	-	-	451	-
Global Ferrous	150	-	-	145	-	-
Sijobig Administradora de Bens Ltda	1	-	-	1	-	-
Eletro	14.410	-	-	6.411	-	-
Dividendos	-	2.031	-	-	2.031	-
BAUMINAS Participações S.A.	-	2.031	-	-	2.031	-
Total entre partes relacionadas	72.144	3.129	94.552	68.896	3.530	85.267

a) Remuneração do pessoal chave da administração

A remuneração do pessoal chave da administração da Companhia no exercício de 2021 foi de R\$ 397 (R\$ 374 em 2020).

25 Seguros

A Companhia possui principalmente apólices para cobertura dos fretes que realiza em sua atividade, a fim de cobrir eventuais danos materiais sofridos pelos bens ou mercadorias pertencentes a terceiros e que lhe tenham sido entregues para transporte, por rodovia, no território nacional, e ainda seguro para suas frotas de veículos e automotores.

DS

ALPC

DS

JAL

DocuSigned by:
José Heitor Leonardo
1F5F283C96474F8...
Diretor Administrativo Financeiro
José Heitor Leonardo

DocuSigned by:
Ariane Lacerda Pereira Canedo
18942CBA7FB3458...
Responsável Técnico
Ariane Lacerda Pereira Canedo
Contador
CRC/MG- 079511/O